



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009256-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Exequente: **Herlen Carla Gomes Machado**
 Executado: **Jose Carlos Gomes dos Santos**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

H. C. G. M. formulou pedido de cumprimento de sentença em face de **J. C. G. dos S.**, dizendo que o executado foi condenado a prestar alimentos à exequente no valor de 40% do salário mínimo, conforme feito n. 0418.10.000013-6, 1ª Vara da Comarca de Minas Novas. Desde novembro/14, tornou-se inadimplente, acumulando débito de R\$ 13.884,49. Pede a excussão de bens do executado para a satisfação de seu crédito alimentar. Documentos às fls. 08/11.

O executado foi citado e ofereceu impugnação ao cumprimento de sentença às fls. 21/25 pleiteando os benefícios da AJG, arguiu a prescrição da pretensão executória pois a exequente completou 20 anos de idade. Após a exequente ter atingido a maioridade civil, perdeu a condição de dependente econômica do executado, causa determinante da interrupção da obrigação alimentar. Portanto, a exequente não tem o que receber neste incidente de cumprimento de sentença.

A exequente replicou às fls. 29/31 dizendo que se aplica à espécie a Súmula 358 do STJ. Inocorreu a prescrição, haja vista o disposto nos artigos 197, inciso II, e 1.630, ambos do Código Civil. Pela rejeição da tese do executado.

O devedor manifestou-se às fls. 37/38, reiterando a sua anterior manifestação.

É o relatório. Fundamento e decido.

A obrigação alimentar do executado em favor da exequente fora constituída pela r.

1009256-08.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

sentença de fls. 09/11, em 08.10.2014. A exequente não exibiu sua certidão de nascimento. Entretanto, através de sua manifestação de fls. 29/31, acabou por reconhecer que em novembro/17 completará 20 anos de idade.

Esse fato por si não tem o condão de exonerar, automaticamente, o executado da obrigação alimentar referida no anterior parágrafo, conforme Súmula 358 do STJ: “o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório ainda que nos próprios autos”.

Até agora o executado não cuidou de ajuizar em face da exequente a ação correspondente. Não consta que no processo originário, incidentalmente, tenha suscitado semelhante pedido. Essa matéria deve ser considerada estranha a este incidente de cumprimento de sentença, porquanto exige plataforma adequada para a apuração dos fatos essenciais visando à exoneração obrigacional alimentar do executado.

Enquanto o executado não tomar a iniciativa da provocação do procedimento compatível, sua obrigação alimentar continuará sendo exigida, pois lastreada em título executivo judicial.

Relativamente à alegação de prescrição, necessário ponderar que: a) a pretensão executória abrange o período de 10.11.2014 até 10.08.2017, no total de R\$ 13.884,49, sem prejuízo de serem incorporados a esse montante o valor das subseqüentes obrigações alimentícias vencidas no curso deste incidente.

Não corre prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar, conforme inciso II do artigo 197 do Código Civil. O executado em momento algum sofreu perda ou suspensão do poder familiar em face da exequente, durante a incapacidade relativa ou absoluta desta. O artigo 1.630 do Código Civil prescreve que: “os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores”.

Portanto, não há que se falar em fluxo da prescrição a partir do momento que a exequente completou 16 anos de idade (novembro/13). Esse prazo teve início a partir de novembro/15 e se completaria em novembro/17, por força do disposto no § 2º do artigo 206 do Código Civil. O incidente de cumprimento de sentença foi distribuído para esta Vara em 01.09.2017. Significa que nenhuma das prestações alimentícias foi consumida pela prescrição. A pretensão satisfatória foi exercida tempestivamente.

Portanto, rejeito todas as arguições do impugnante-executado, haja vista a manifesta inconsistência de suas alegações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

JULGO IMPROCEDENTE a impugnação de fls. 21/25. Condeno o executado a pagar à exequente 15% do valor dado à causa, além das custas do processo. Concedo ao impugnante (fl. 27) os benefícios da AJG, por isso suspendo a exigibilidade das referidas verbas nos limites estabelecidos pelo § 3º do artigo 98 do CPC. Desde já, prossiga-se na realização de todos os atos já ordenados a fl. 12 visando à efetividade da coisa julgada material constituída pelo título de fls. 09/11.

Publique e intinem-se. O MP não intervém no feito.

São Carlos, 29 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**